



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO

7090-237 VIANA DO ALENTEJO

## **ACTA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA**

## **DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A**

**27 DE ABRIL DE 2006**



Concelho de

# **Viana**

**Todo o Sol do Alentejo**



# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO

7090-237 VIANA DO ALENTEJO

## ACTA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A 27 DE ABRIL DE 2006

No dia vinte e sete de Abril do ano de dois mil e seis, pelas vinte e uma horas, no Edifício dos Paços do Concelho de Viana do Alentejo, reuniu a Assembleia Municipal deste concelho em sessão ordinária, tendo como ordem de trabalhos:

- 1) Aprovação da acta da sessão anterior;
- 2) Apreciação de informação escrita acerca da actividade da Câmara;
- 3) Aprovação da acta em minuta;
- 4) Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2005.

O senhor Presidente declarou aberta a sessão e procedeu à chamada, tendo-se verificado as presenças dos seguintes membros:

- João Henrique Carracha Garcia, que presidiu;
- Luis Miguel Fialho Duarte, na qualidade de primeiro secretário;
- Francisco António Maia Cardoso, na qualidade de segundo secretário;
- Maria Gabriela Fonseca Figueira;
- Rui Manuel Pires Penetra;
- Isidro José Marcos;
- José Luís Potes Pacheco;
- Luís Miguel Leal Boteta;
- Anunciação Gertrudes Raposo Baioneta;
- Mário Gonçalo Louro Grave;
- Odete Maria Tirapicos Arranhado Fialho;
- Zélia Maria Mira Valério;
- Margarida Mariana Pinto Alfacinha;
- Joaquim António Vilalva Teixoeira;
- António José Prates Valverde, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo;
- José Jacinto Bento Grave, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas;
- António Inácio Torrinha Lopes, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar.

Verificou-se a falta do membro Joaquim António Pinto Alfacinha.

Em representação da Câmara Municipal esteve o seu Presidente tendo estado também presentes todos os Vereadores.

O senhor Presidente da Assembleia deu de seguida conhecimento da correspondência recebida tendo salientado um convite dirigido quer ao Presidente da Câmara quer ao Presidente da Assembleia, para participação numa reunião na Câmara Municipal de Santiago do Cacém no próximo dia 3 de Maio, acerca do futuro traçado do IC33. O senhor Presidente da Assembleia informou que quer ele quer o senhor Presidente da Câmara tencionam estar presentes.



S. P.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO

7090-237 VIANA DO ALENTEJO

De seguida declarou aberto o período de antes da ordem do dia.

O membro José Jacinto Grave, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, realçou um problema que se vive naquela freguesia relacionado com a presença por demasiado tempo de famílias de etnia cigana. Disse que permanecem lá mais de quarenta e oito horas, acampam na Gamita mas atravessam frequentemente a vila deixando lixo espalhado e até um rasto de intimidação à população mais idosa que se encontra tranquilamente sentada aos "cantos" das ruas. O senhor Presidente da referida Junta de Freguesia mostrou-se preocupado com esta situação e embora reconheça que não existem muitas alternativas para a sua resolução talvez seja oportuno transferir o local de acampamento para uma zona mais afastada da malha urbana a fim de que a população possa estar mais sossegada.

O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas felicitou o Sport Club Alcaçovense por mais uma inauguração naquela vila, concretamente o salão multiusos da colectividade, tendo a iniciativa contado com a presença do Senhor Secretário de Estado da Administração Local. Felicitou igualmente a Câmara Municipal pela obra de alcatroamento desde a zona das Curraleiras até aos Barrancões, em Alcáçovas.

O membro José Luis Pacheco, relativamente aos alcatroamentos, disse que nota em Viana que a técnica utilizada não é a melhor dado que são empregues massas frias. Perguntou se em Alcáçovas é utilizado o mesmo processo.

O senhor Presidente da Câmara, relativamente à permanência das famílias ciganas no concelho disse que essa situação é sentida particularmente junto à Sr.<sup>a</sup> D'Aires em Viana e agrava-se por ocasião quer da Romaria em Abril quer da Feira Anual em Setembro. A chegada acontece cerca de duas semanas antes dos eventos e a G.N.R. tem feito um esforço no sentido de limitar o período de permanência. Disse o senhor Presidente que em Viana tem acompanhado muito de perto esta situação e tem-se apercebido do esforço que a G.N.R. tem feito, de há duas semanas a esta parte, para não permitir a permanência de grupos muito numerosos. Como não conseguem fixar-se todos junto à Sr.<sup>a</sup> D'Aires vão tentando ficar perto e é neste contexto que surge a fixação em Alcáçovas. O senhor Presidente disse que embora nas ocasiões de festa esta situação se faça sentir de forma mais acentuada, é um facto que o problema se mantém ao longo de todo o ano. A G.N.R. tem sido dito que em Viana a zona para poderem permanecer é junto à Sr.<sup>a</sup> D'Aires e em Alcáçovas é junto à Gamita, nunca por mais de dois ou três dias. Apesar desta indicação, têm feito várias tentativas para se instalarem junto à Zona Industrial por se encontrar mais perto da vila e têm sistematicamente pedido autorização para construírem uma estrutura fixa. A resposta tem sido sempre negativa. O senhor Presidente da Câmara disse que se em Alcáçovas o senhor Presidente da Junta de Freguesia conseguir disponibilizar um terreno mais afastado da malha urbana será óptimo pois há que, por um lado permitir a paragem destas famílias e por outro minimizar os prejuízos causados às populações.

Quanto à inauguração do salão multiusos do Sport Club Alcaçovense, o senhor Presidente da Câmara felicitou a colectividade e referiu que quer a Freguesia de Alcáçovas quer o concelho ficaram mais ricos.

Quanto ao alcatroamento a que se referiu o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, o senhor Presidente da Câmara disse que a intenção foi



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO

7090-237 VIANA DO ALENTEJO

aligeirar o trânsito dentro da vila criando meios para que o tráfego de maior dimensão passe ao seu lado. Quanto à técnica utilizada, disse o senhor Presidente da Câmara que são realmente utilizadas massas frias. Disse que o custo das massas quentes é muito superior e o ritmo que se exige na sua aplicação não é compatível com os horários rígidos que se praticam. Referiu ainda o senhor Presidente da Câmara que no caso do alcatroamento de que se falou em Alcáçovas, a probabilidade de desgaste da massa é menor do que se fosse dentro da vila.

Entrou-se de seguida na ordem de trabalhos:

**PRIMEIRO PONTO) APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE ACTA DA SESSÃO ANTERIOR** – Com a abstenção do membro Maria Gabriela Figueira por não ter estado presente, foi aprovada a acta relativa à sessão ordinária realizada no dia 24 de Fevereiro de 2006.

**SEGUNDO PONTO) APRECIACÃO DE INFORMAÇÃO ESCRITA À CERCA DA ACTIVIDADE DA CÂMARA** – O membro Luis Miguel Boteta perguntou pormenores acerca da reunião na Associação de Municípios do Distrito de Évora, na qual participou o senhor Vice-Presidente da Câmara e cujo objectivo foi a auscultação dos Municípios sobre as prioridades a indicar à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo relativamente a projectos a financiar pelo próximo Quadro Comunitário de Apoio.

O senhor Vice-Presidente esclareceu que a Comissão de Coordenação pediu às Associações de Municípios que auscultassem os Municípios associados a fim de que no prazo de três dias fizessem chegar as suas propostas de projectos a incluir no QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional). Disse o senhor Vice-Presidente que embora dispondo de um prazo bastante curto, logo no dia seguinte foram indicadas as prioridades tendo em conta além das obras que constam do programa eleitoral apresentado à população também outras que não sendo da responsabilidade directa do Município, deveriam figurar num Quadro que se diz “Estratégico”. Disse o senhor Presidente que a Associação de Municípios do Distrito de Évora fez chegar à Comissão de Coordenação as propostas dos catorze Municípios associados. Referiu também que este processo tem merecido muitos reparos designadamente pelo facto de ter sido pedido aos Municípios que se pronunciassem em apenas três dias. Disse o senhor Presidente que anteriormente, com o Senhor Ministro Valente de Oliveira, a discussão prolongava-se por quatro ou cinco meses e mesmo assim considerávamos pouco tempo. Agora, como é que em três dias se conseguem concertar posições? Este constrangimento pode implicar que estejamos a desperdiçar a última oportunidade de conseguir financiamentos para o Alentejo. Disse ainda o senhor Presidente que com base num Despacho do Conselho de Ministros sobre esta matéria, tudo o que é determinante – designadamente a gestão dos fundos comunitários – é de competência ministerial. Irá ser nomeada uma Comissão de Acompanhamento composta por cinco elementos sendo três do Governo e dois das Autarquias. Também este principio faz “tábua rasa” do disposto na Lei n.º 159/99 que determina que as Unidades de Gestão devem ser compostas maioritariamente pelas Autarquias. Disse também o senhor Presidente que já foi aos Municípios que este “pacote” financeiro funcionará de modo diferente dos anteriores pois serão priorizados os investimentos imateriais



8

DA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO

7090-237 VIANA DO ALENTEJO

sendo prioritários os investimentos supra-municipais. Logo, se a lógica é supra-municipal, deveria ser dado tempo para articular os projectos pois para dar uma resposta de acordo com as pretensões do Governo, três dias são manifestamente insuficientes. Referiu ainda o senhor Presidente que é angustiante o modo como está a ser tratado um “pacote” financeiro ainda com algum peso, não se perspectivando qualquer inversão da situação. Disse também que as Associações de Municípios do Alentejo estão inclusive a equacionar a possibilidade de denunciar esta situação a Bruxelas tanto mais pelo facto de só no Alentejo estar a acontecer pois nas restantes regiões do país há espaço para discussão e consensualização dos projectos a apresentar.

O senhor Vereador Costa da Silva disse que um Quadro de Referência Estratégico implica que tenhamos linhas estratégicas para a região. Contrariamente a esta lógica, é pedido aos Municípios que, em avulso, definam prioridades. Na opinião deste Vereador as três grandes linhas nas quais se baseia o Quadro de Referência Estratégico Nacional são a competitividade, a convergência e a cooperação, num horizonte temporal que na prática, em termos de execução, se prolongará até lá para 2016. E perante este cenário é pedido que as Autarquias se pronunciem em três dias numa lógica que só pode ser a dos seus próprios projectos, dado o tempo de que dispõem. Na opinião do senhor Vereador Costa da Silva esta situação não deverá ser denunciada apenas pelas Associações de Municípios do Alentejo mas também pelos próprios cidadãos que vêem o futuro a ser hipotecado.

O senhor Presidente da Assembleia propôs que neste contexto e pelos motivos já indicados, seja submetida à Assembleia Municipal uma moção a ser divulgada junto da comunicação social.

O membro Gabriela Fonseca, relativamente à participação maioritária das Câmaras nas Unidades de Gestão, disse que isso só por si não é sinónimo de repartição equitativa dos fundos pois disse recordar-se bem que em tempos os Municípios de Vendas Novas e Aljustrel absorveram uma grande parte dos fundos comunitários. Disse ainda que enquanto o PSD esteve no Governo não viu mais do que planeamento para a região Alentejo pelo que espera que o Governo agora não enverede por esse caminho e crie espaço para discutir linhas estratégicas para esta região.

O senhor Presidente da Assembleia disse que os próprios alentejanos não sabem o que irá ser do Alentejo devido precisamente à falta de um plano estratégico. Voltou a propor que na próxima sessão da Assembleia seja discutida uma moção que a ser aprovada deverá ser divulgada à comunicação social escrita e falada. Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

O senhor Presidente da Câmara disse que se está a assistir ao encerramento de serviços públicos, designadamente Escolas e Centros de Saúde e Maternidades. “As mulheres de Elvas vão ter os seus filhos a Badajoz”. “O que queremos então?”. “Em que é que apostamos?” “Turismo, produção de cereais...?”. O senhor Presidente da Câmara concluiu referindo que a falta de linha de orientação é aflitiva e os restantes países europeus devem olhar para Portugal com enorme gozo. Disse ainda que é assustadoramente preocupante a resposta à pergunta “O que é que eu vou ser quando for grande?” e de certeza que os nossos pais, no seu tempo, estariam muito mais à vontade para nos responderem do que nós estamos agora em relação aos nossos filhos.



8  
DA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO

7090-237 VIANA DO ALENTEJO

**TERCEIRO PONTO) APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA** – A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a acta em minuta no final da sessão.

**QUARTO PONTO) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVOS AO ANO DE 2005** – O senhor Presidente da Câmara fez uma apresentação sumária dos documentos de prestação de contas do ano de 2005, referindo que os mesmos relatam um ano de actividade com um enorme esforço para implementação do POCAL nas suas vertentes obrigatórias. Disse que no futuro há a intenção de flexibilizar a informação, talvez utilizando gráficos comparativos com anos anteriores a fim de ser percebida a evolução da gestão.

O membro Gabriela Figueira disse que perante um documento técnico com a envergadura do que se encontra em análise, teve grande dificuldade na sua leitura pelo que estava à espera de alguma ajuda na sua descodificação. Assim, apenas poderá fazer uma apreciação a nível da parte escrita e política. Este membro perguntou ainda qual o ponto da situação dos processos de reversão de lotes industriais que se encontram em Tribunal. Referiu-se ainda à necessidade de substituição das condutas de água. Disse saber que é um processo bastante caro mas talvez se devesse começar a planificar as intenções rua a rua. O membro Gabriela Figueira disse ainda que um documento de prestação de contas organizado segundo o POCAL e tão intenso, merecia, em sua opinião, uma introdução política também renovada. O texto introdutório parece-lhe pobre e até com alguns erros. Em termos de português incorrecto exemplificou com a frase que consta relativamente à obra do Cine-Teatro “a devolver ao povo o que nunca lhe pertenceu”. Se nunca lhe pertenceu como é que lhe está a ser devolvido? Perguntou ainda o membro Gabriela Figueira pormenores sobre os resultados da actuação da licenciada em psicologia educacional junto das equipas de intervenção precoce. Por fim o membro Gabriela Figueira disse que é com grande preocupação que vê mais uma vez o incumprimento da Lei das Finanças Locais embora mesmo assim a Câmara tenha conseguido financiamento (assegurado e ainda não pago) para o Pavilhão Desportivo de Alcáçovas e para a obra de remodelação do Cine-Teatro Vianense.

O membro José Luis Pacheco perguntou se não seria possível à Câmara promover umas acções de formação para ajudar a ler e interpretar os documentos de prestação de contas, dado que uma das competências da Assembleia Municipal é fiscalizar a actividade da Câmara. Este membro referiu-se ainda a uma frase que consta no capítulo “Cultura, Desporto e Tempos Livres” quando é referida a inauguração do Cine-Teatro Vianense a 18 de Setembro de 2005. A frase em causa e que consta também da placa que foi descerrada no momento da inauguração refere “A devolver ao povo o que nunca lhe pertenceu”. Disse este membro que esta expressão já deu origem a polémica, inclusive a uma carta aberta dirigida ao senhor Presidente da Câmara e assinada por um dos filhos do antigo proprietário do imóvel. Disse o membro José Luis Pacheco que sentiu profundamente esta atitude de colocação desta frase pois bem se recorda dos tempos em que o Cine-Teatro foi emprestado para a realização de um espectáculo do Zeca Afonso. Com esta frase lá exposta parece que o imóvel “estava entregue a um grupo de fascistas e que só agora é que pessoas honestas o têm porque são democratas”. Perguntou este



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO

7090-237 VIANA DO ALENTEJO

membro: "Mas afinal quem é o povo a que a expressão se refere?". Disse não gostar de ver escrita novamente esta expressão nos documentos em apreço.

O senhor Presidente da Assembleia referiu que os documentos em análise são essencialmente técnicos e reflectem a actividade da Câmara durante o ano transacto. Em sua opinião será mais proveitoso discutir aquilo que se deverá fazer em termos de plano de actividades do que promover acções de formação para aprender a interpretar o resultado dessa actividade.

O senhor Presidente da Câmara, relativamente ao Cine-Teatro e á frase que tanta polémica tem dado, sublinhou que jamais houve qualquer intenção de atingir a família Baião, antiga proprietária do imóvel. Disse ainda o senhor Presidente que fez parte do conjunto de pessoas que em determinada altura iniciou a obra do "sub-palco", local do imóvel que funcionou como discoteca. Disse também o senhor Presidente que quer o senhor Zico quer a sua esposa estiveram presentes na inauguração e ouviram o discurso que na ocasião foi proferido: Cerca de duas páginas e meia explicam o sentido daquela frase que é de sua autoria. O discurso está inclusivamente gravado e pode ser ouvido a qualquer momento para esclarecer eventuais dúvidas. Não há na referida frase qualquer incorrecção gramatical ou de português pois se assim fosse então que dizer de Camões ao referir num dos seus poemas que "amor é fogo que arde sem se ver... é ferida que dói e não se sente... é um contentamento de contente...". O senhor Presidente da Câmara fez questão de sublinhar mais uma vez que o sentido da frase "a devolver ao povo o que nunca lhe pertenceu" pretende tão só significar que a população de Viana sempre sentiu o Cine-Teatro como sendo seu mas efectivamente nunca o foi, tendo sido sempre propriedade privada. A Câmara, ao adquirir o imóvel e ao recuperá-lo está agora a devolvê-lo ao povo que pode então considerá-lo de facto como sendo seu. O senhor Presidente da Câmara reiterou a afirmação de que nunca houve intenção de atingir alguém com a expressão utilizada pensando até que o antigo proprietário - como pessoa inteligente que é - percebeu de imediato o sentido da mesma. O senhor Presidente da Câmara concluiu este assunto referindo que após efectuar uma revisão aos documentos de prestação de contas e porque a expressão em causa já tinha gerado polémica, pediu que a retrisassem. Infelizmente as cópias para a Assembleia Municipal foram tiradas da versão inicial pelo que indevidamente a expressão consta lá. Este facto é facilmente comprovável pela verificação das cópias distribuídas à Vereação, essas sim na versão corrigida.

O senhor Vice-Presidente realçou o esforço feito pela Divisão Administrativa e Financeira durante o ano de 2005 para que se conseguisse implementar o POCAL nas suas diversas vertentes, designadamente armazém, compras, património, contabilidade e tesouraria. Disse que é justo agradecer aos funcionários daquela Divisão que se empenharam nesta tarefa trabalhando muitos sábados e alguns domingos. Quanto à ajuda na leitura e interpretação dos documentos de prestação de contas, o senhor Vice-Presidente disponibilizou-se para tal.

O senhor Presidente da Câmara, relativamente aos lotes industriais em processo de reversão, disse que estão em Tribunal dois processos, um de Alcáçovas e outro de Viana, podendo a qualquer tempo haver decisão sobre eles. O senhor Presidente da Câmara informou ainda que a indicação que a Divisão de Administração Urbanística tem é no sentido de sinalizar casos de incumprimento para que a Câmara possa actuar. Quanto à intervenção na rede de água e sem pôr em causa essa necessidade é um facto que a intervenção tem que ser estruturada.



J  
DA

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO

7090-237 VIANA DO ALENTEJO

A substituição de troços à medida que as rupturas vão acontecendo é o que a Câmara já vem fazendo mas o que se impõe de facto é a reposição da rede toda. O senhor Presidente da Câmara disse que por este Município ter optado por um sistema intermunicipal através da Associação de Municípios do Alentejo Central e poder por isso definir o seu próprio tarifário, não pode beneficiar do financiamento dos projectos de remodelação da rede de água através do Fundo de Coesão. Por podermos controlar o nosso tarifário os municípios deste concelho não sofreram aumentos de mais de 300% como sucedeu aos municípios dos concelhos que aderiram ao outro sistema. Quanto às questões de português do texto dos documentos de prestação de contas, o senhor Presidente da Câmara referiu que o texto tem vários autores mas ainda assim considera que a articulação está razoável. Quanto à técnica que acompanhou os alunos do pré-escolar, o senhor Presidente da Câmara disse que o objectivo é efectuar um diagnóstico precoce para que no próximo ano do primeiro ciclo as crianças que necessitem possam ser devidamente acompanhadas. Quanto aos financiamentos, o senhor Presidente da Câmara referiu que faltam receber quinhentos mil euros do Cine-Teatro e mais de seiscentos mil do Pavilhão Desportivo de Alcáçovas.

O senhor Vereador Costa da Silva, relativamente ao que foi dito sobre as dificuldades de leitura e interpretação dos números que constam dos documentos de prestação de contas, disse que os partidos políticos é que devem ter a preocupação de escolher as pessoas com capacidade para que nos órgãos próprios possam analisar os números. Este Vereador referiu ainda que é da responsabilidade dos próprios partidos a promoção da formação nos eleitos. O senhor Vereador Costa da Silva disse concordar com o senhor Presidente da Assembleia quando referiu que a questão central reside no Plano e no Orçamento. Se algum dos membros da Assembleia Municipal tiver dúvidas, pode sempre pedir os documentos justificativos das despesas e aí exerce a sua acção fiscalizadora.

Os documentos de prestação de contas foram então colocados a votação tendo sido aprovados com treze votos favoráveis e quatro votos contra por parte dos membros José Luis Pacheco, Luís Miguel Leal Boteta, Maria Gabriela Figueira e Zélia Valério.

O senhor Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão às vinte e três horas e trinta minutos tendo a minuta da respectiva acta sido aprovada por unanimidade.





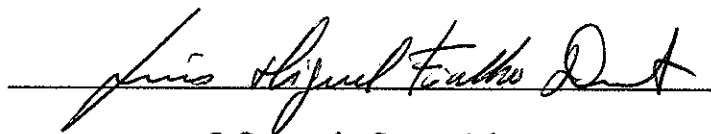
# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VIANA DO ALENTEJO

7090-237 VIANA DO ALENTEJO

Aprovada a 23 de Junho de 2006.

O Presidente da Assembleia,

  
O Primeiro Secretário,

  
O Segundo Secretário,



Concelho de

# Viana

Todo o Sol do Alentejo